

Papéis trocados em Durban

Mais do que uma injustiça com o povo judeu – a maior vítima de que se tem notícia do ódio racial e religioso –, foi um grave erro político a insistência da Liga Árabe em manter, na versão preliminar do documento final da Conferência Mundial contra o Racismo, que se realiza em Durban, na África do Sul, o trecho que acusa o sionismo de ser um movimento baseado na presunção da superioridade racial, responsável por crescentes práticas racistas, e que considera o tratamento dado por Israel aos palestinos “uma nova forma de apartheid”.

O texto, que os diplomatas da União Europeia ficaram incumbidos de tornar aceitável, a pedido do governo sul-africano, preocupado com a perda de legitimidade da declaração oficial do evento, no Ocidente, deu o pretexto de que os Estados Unidos precisavam para retirar-se da conferência – dado o manifesto intuito de transformá-la em um processo contra o país pelo crime de escravagismo, com a demanda de reparações pelos sofrimentos inflingidos à sua população de origem africana.

Os ataques a Israel só servem para fortalecer os setores extremistas do governo e da sociedade israelense. Para eles, só o uso imitigado da força garante a sobrevivência do país, porque entendem que os palestinos não compreendem outra linguagem e Israel jamais po-

derá contar com a opinião pública internacional – os gentios –, sempre influenciada pelo anti-semitismo. O mundo árabe, portanto, obteve um êxito retórico com efeito bumerangue.

Há, por outro lado, uma dupla ironia na aliança árabe-africana para demonizar os Estados Unidos como a expressão suprema do racismo. Aliás, não há hoje em dia conferência internacional, sobre seja lá o

que for, que não contenha um forte componente político antiamericano. A primeira ironia é que se finge ignorar em Durban que, por hediondas que tenham sido as violências cometidas contra os negros na América do Norte, em nenhuma parte do mundo, a começar da África, as condições de vida e as oportunidades de ascensão social da população negra se equiparam às dos EUA.

Símbolo disso é que, em nenhum país branco, um cargo tão poderoso como o de secretário de Estado é ocupado por um negro, ainda por cima general, Colin Powell, enquanto o braço direito do presidente para assuntos de segurança nacional é mulher e negra, Condoleezza Rice. (Isso não espanta os americanos: afinal, a política externa do país já



não foi conduzida pelo judeu alemão Henry Kissinger?)

A segunda ironia é que os detratores dos Estados Unidos parecem ter apagado da memória que, muito antes de começar o monstruoso tráfico negreiro para a Europa e o Novo Mundo, eram quase sempre árabes os mercadores que compravam de negros e vendiam a outros negros escravos capturados em toda a

Africa, como espólio das intermináveis guerras entre suas muitas etnias.

O fato é que, desde tempos imemoriais, nenhuma coletividade humana esteve imune ao escravagismo ou livre do racismo, esse instrumento de coesão social e de afirmação da supremacia de um grupo em relação a outros – em suma, como ideologia legitimadora da subjugação. No Ocidente, durante o século 19, o racismo “científico” pretendeu provar objetivamente a suposta superioridade da civilização branca sobre qualquer outra – e a de certos brancos sobre outros –, justificando, assim, o colonialismo e o anti-semitismo. Essas teorias ajudaram a embasar o nazismo.

Mas a cultura ocidental foi a única em que a luta contra os preconceitos instituídos de ra-

ça, cor e credo assumiu proporções compatíveis com a prática dos crimes que eles engendravam e amparavam. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa; os movimentos abolicionistas na Europa e no Novo Mundo; a Declaração dos Direitos Humanos, da ONU; as campanhas pelos direitos civis, nos Estados Unidos; e as convenções e tratados contra todas as formas de discriminação são expressões, exclusivas ou compartilhadas, da singularidade do humanismo ocidental.

Foi nos países democráticos que a luta contra o racismo mais avançou

Dito de outro modo, o homem branco pode ser tão racista e intolerante como qualquer outro. Mas o sistema de valores que, apesar de tudo, prevalece no Ocidente – e, graças à globalização, se propaga pelo mundo – representa um contrapeso, ainda sem paralelo em outras paragens, ao que a natureza humana tem de pior. A defesa desses valores é que deveria ser a bandeira da conferência de Durban, em prol de incontáveis milhões de árabes, africanos e asiáticos privados de seus direitos elementares.